

Manifesto do Fórum dos SPF ao governo federal e ao parlamento exige revisão do pacote de ajustes

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, que representa mais de um milhão de servidores públicos, reunido no dia 15 de setembro, debateu as medidas anunciadas pelo governo que objetivam atingir superávit primário em 2016 e, de forma unânime, rejeitou essas medidas, pois elas significam a transferência do ônus da crise econômica e fiscal para os servidores públicos, trabalhadores e povo pobre que dependem dos serviços gratuitos prestados pelo estado, os quais, diante da recessão, precisam ainda mais da proteção do Estado. É inaceitável que o servidor público seja, mais uma vez, tratado como o vilão da crise fiscal.

O direito à revisão anual da remuneração dos servidores está assegurado no inciso X do art. 37 da Constituição, “sempre na mesma data”, cuja regulamentação é dada pela Lei Nº 10.331/2001, que estabelece, em seu art. 1º, o mês de janeiro. A revisão significa manter o poder de compra dos salários e, desse modo, não pode ser abaixo da inflação e seu adiamento de janeiro para agosto, como anunciado, contradiz a lei, o que precisa ser corrigido.

A suspensão de concursos públicos e a extinção do abono permanência terão efeitos avassaladores sobre as condições de trabalho em todos os órgãos e instituições, pois implicarão em drástica redução do quadro de servidores, o que comprometerá a qualidade do serviço prestado à população. Inaceitável também os demais cortes em programas como Minha Casa Minha Vida e em verbas de custeio e de investimentos.

Sem a pretensão de somente criticar o pacote, vimos respeitosamente sugerir que outras medidas possam ser consideradas para que o país possa retomar seu crescimento, sem penalizar a classe trabalhadora e a população que clama por ampliação das políticas públicas e serviços públicos de qualidade.

A política de produção de superávit, orientada pelos credores da sempre crescente dívida pública, aponta para a urgência da realização da auditoria dessa dívida. O Fórum também compreende que é de extrema importância que sejam alterados os critérios de impostos, pois, em nosso país, mantem-se um sistema que alivia a carga tributária dos mais ricos, como exemplo a inexplicável isenção em dividendos de ações.

No âmbito do Congresso Nacional, propomos a rejeição de qualquer projeto de lei ou proposta de emenda constitucional que, em nome de um suposto ajuste, penalize os trabalhadores, como a extinção do abono de permanência, que pode causar grave colapso nas diversas Instituições públicas de nosso país.

Por estas razões, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais propõe a revisão das medidas anunciadas e a reabertura de negociações por parte do Ministério do Planejamento.

Brasília, 23 de setembro de 2015

